

# Áreas de atuação

Conforme Rosa (2008), a presença do Intérprete de Língua de Sinais (ILS) nas mais diversas áreas da sociedade representa um ganho para as comunidades surdas, que podem ter acesso a esses setores e interagir com eles por meio da garantia do respeito ao seu direito linguístico. Isso também é positivo para o próprio ILS, pois quanto mais se expandem as áreas de atuação das comunidades surdas, mais os intérpretes têm seu campo de atuação estendido. Nessa perspectiva, a proposta desta aula é traçar o panorama de áreas em que o ILS vem sendo mais requisitado, bem como identificar as exigências e características básicas de cada área, sem perder de vista, quando necessário, críticas sobre melhorias que ainda podem ser feitas nas áreas apontadas.

## Intérprete no contexto social

Primeiramente, a ideia é olhar para os trabalhos da categoria num horizonte mais aberto, denominado aqui genericamente de contexto social. Esta seção, então, é o espaço para expor generalidades e especificidades sobre o ILS, bem como para agrupar a explanação sobre a atividade em certos setores da sociedade.

No Brasil, não são encontradas agências de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais tal como de Intérpretes de Línguas Orais, porém essa é uma realidade que tende a mudar, considerando-se o processo ocorrido em outros países:

Existem muitas semelhanças na atuação dos Intérpretes de Línguas Vocais (ILV) e dos Intérpretes de Língua de Sinais (ILS) e em alguns países a categoria reconhece-se como uma só, apenas tendo diferentes línguas de trabalho. É comum, nos Estados Unidos e na Europa, encontrarem-se agências em que são oferecidos os serviços de tradução e interpretação não só de línguas vocais como também da língua de sinais local. Entretanto, em países em que as pessoas surdas são vistas como incapacitadas ou prejudicadas em sua capacidade de tomar decisões, a interpretação de língua de sinais assume um caráter predominantemente caritativo e assistencial, um favor ou uma missão divina que pressupõe trabalho voluntário, sacrifício e abnegação. (PEREIRA, 2008, p. 140)

Sobre as diferenças entre os Intérpretes de Línguas Vocais e de Línguas de Sinais, Rodríguez e Burgos<sup>1</sup> (2001, p. 30 *apud* PEREIRA, 2008, p. 140) apresentam o seguinte quadro:

**Quadro1 – Diferenças entre Intérpretes de Línguas Vocais e Intérpretes de Língua de Sinais**

Intérpretes de Línguas Vocais	Intérpretes de Línguas de Sinais
1. Interpretam de/para as línguas orais.	1. Interpretam de/para alguma língua de sinais.
2. Seus clientes são pessoas ouvintes de diferentes entornos geográficos.	2. Seus clientes são pessoas surdas e ouvintes do mesmo entorno geográfico.
3. Seu campo de trabalho limita-se, normalmente, a encontros internacionais.	3. Seu campo de trabalho é tão amplo quanto as necessidades comunicativas e de informação de seus clientes.

Além dessas características, Pereira (2008) aponta que uma grande diferença na atividade profissional entre os intérpretes dessas duas modalidades de língua encontra-se no fato de que os ILS atuam muito mais em instituições de ensino, o que praticamente não se vê em relação aos intérpretes orais. A autora também apresenta um quadro comparativo sobre os campos de atuação desses profissionais que é citado a seguir (RODRÍGUEZ; BURGOS, 2001, p. 30 *apud* PEREIRA, 2008, p. 141):

**Quadro 2 – Diferenças na atuação de Intérpretes de Línguas Vocais e Intérpretes de Língua de Sinais**

Intérpretes de Línguas Vocais	Intérpretes de Línguas de Sinais
1. Tradução escrita.	1. Educação.
2. Conferência.	2. Trâmites e acompanhamento.
3. Trâmites e acompanhamento.	3. Conferência.
4. Educação.	4. Tradução escrita.

Também acontece de o ILS apresentar atuações diferenciadas conforme o cliente ou as circunstâncias de para quem está interpretando. São apresentadas a seguir algumas categorias diferenciadas de atuação do ILS, todas retiradas de Pereira (2008, p. 142-144):

<sup>1</sup> RODRÍGUEZ, Esther de los Santos; BURGOS, Maria del Pilar Lara. *Técnicas de Interpretación de Lengua de Signos*. Barcelona: CNSE, 2001.

**Interpretação relé (*relais/relay*)** – existe entre línguas vocais, mas é distintiva no caso em que, por exemplo, uma palestra em inglês seja interpretada diretamente para a Libras e só então para a língua portuguesa. Nesse caso o ILS é o intérprete relé.

**Intérprete tátil** – chamado, no Brasil, de guia-intérprete para pessoas surdo-cegas que utilizam a língua de sinais tátil. Se o mediador estiver utilizando outras técnicas para surdo-cegos como, por exemplo, desenhar na palma da mão as letras do alfabeto latino ou tocar nas falanges de acordo com o sistema braille, então não se trata de uma interpretação interlíngua, mas sim de uma transliteração.

**Intérprete surdo** – uma pessoa surda pode atuar normalmente como intérprete entre duas línguas de sinais. No caso em que uma pessoa surda não é falante competente da Libras e um ILS não consegue estabelecer um entendimento com ela, pode ser chamada outra pessoa surda que por meio gestual consiga uma comunicação primária, mas satisfatória. Não se trata, nesse caso, de uma interpretação interlíngua, e sim de uma comunicação gestual ou mímica.

**Comunicador *pidgin***<sup>2</sup> – nesta categoria está o uso do português sinalizado em que o léxico da língua de sinais é encaixado na estrutura da língua vocal, gerando, inclusive, a criação de sinais artificiais para suprir a equivalência literal entre as duas línguas.

**Espelhamento** – quando um intérprete, ao invés de interpretar, copia a sinalização de outro intérprete. Esse é o caso em que, por motivos de localização no espaço, a plateia surda tem que se posicionar em diversos locais onde não seja possível a visualização de somente um intérprete.

**Duplicador ou replicador vocal** – é chamada assim a pessoa que duplica a fala vocal de outra pessoa para deficientes auditivos que não se sentem proficientes ou confortáveis com a língua de sinais. Não é uma interpretação interlíngua, pois o duplicador posiciona-se de frente para a pessoa deficiente auditiva e, literalmente, reproduz, na mesma língua, tudo o que ouve, com uma articulação cuidadosa.

Esses são alguns papéis que o ILS pode acabar desempenhando, mas nem todos consistem propriamente numa tradução entre línguas. São, na verdade, atuações em que o profissional procura facilitar o acesso ao código linguístico.

Pereira aponta que em alguns países a classificação das atividades desempenhadas pelo ILS é muito elaborada. Nos Estados Unidos, por exemplo, há um órgão de registro e supervisão da atuação do ILS atuante nesse país, existindo, para tanto, duas grandes áreas de classificação, subdivididas em várias categorias (2008, p. 144):

- Certificação Nacional de Intérprete (*National Interpreter Certification – NIC*).
- Certificado de Interpretação e Certificado de Transliteração (*Certificate of Interpretation – CI and Certificate of Transliteration – CT*).
- Intérprete Surdo Certificado (*Certified Deaf Interpreter – CDI*).
- Certificado de Transliteração Oral (*Oral Transliteration Certificate – OTC*).
- Intérprete Educacional (*Educational Certificate – Ed: K-12*).
- Certificado de Especialista Legal/Jurídico (*Specialist Certificate: Legal – SC:L*).

<sup>2</sup> Termo usado para designar sistemas de comunicações criados a partir da mistura de duas ou mais línguas. Por não apresentar uma estrutura interna própria, tampouco falantes nativos, os *pidgins* não são considerados línguas, mas sistemas de comunicação.

Essas são apenas algumas titulações que exemplificam a complexidade de categorização da atuação do ILS nos Estados Unidos. Segundo a autora, como o Brasil não possui uma entidade ou órgão de classe nacional que certifique ou valide um plano de carreira, não há no país uma classificação detalhada dos campos de atuação do ILS. Apenas uma divisão simples que leva em conta o nível de formação do profissional (PEREIRA<sup>3</sup>, 2003 *apud* PEREIRA, 2008, p. 144-145):

- **naturais ou empíricos** – pessoas bilíngues em português e Libras que “atuam” como intérpretes, porém sem nenhuma instrução formal para a profissão;
- **validados** – pessoas que atuam como intérpretes naturais e recebem, por meio da aprovação em um teste, um certificado provisório (validação) para trabalharem como ILS; ou
- **certificados** – aqueles que cursaram algum tipo de formação mais elaborada, normalmente promovida em parceria com a Feneis.

O objetivo é que cada vez mais os ILS caminhem para uma situação em que todos sejam certificados, até porque o projeto de lei (PLC 325/2009) que regulamenta a atuação do intérprete no Brasil foi aprovado pelo senado em julho de 2010, prevenindo que o ILS possa atuar se cumprir uma das três exigências listadas a seguir:

- curso superior de tradução e interpretação com habilitação em Libras (Língua Portuguesa);
- nível médio, com formação em cursos (obtida até 22 de dezembro de 2015) de educação profissional reconhecidos pelo sistema que os credenciou, ou cursos de extensão universitária, ou cursos de formação continuada, estes dois últimos promovidos por instituições de Ensino Superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação;
- certificação de proficiência, sendo que a mesma será fornecida até o dia 22 de dezembro de 2015 pela União, que, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa.

Daí é possível depreender que, uma vez sancionado pelo presidente, a partir de 2015 serão reconhecidos como ILS apenas os que obtiveram certificação de nível médio até aquele ano e os formados em curso superior para interpretação e tradução da Libras. As já famosas provas de certificação de proficiência (realizadas pelo ProLibras), como documento que permite a atividade do ILS, serão extintas após 2015. Assim, o caminho inevitável e desejável é a formação e capacitação desses profissionais. Além disso, o projeto prevê a elaboração de uma norma específica que estabelecerá a criação de Conselho Federal e Conselhos Regionais responsáveis pela aplicação da regulamentação da profissão, em especial da fiscalização do exercício profissional, já que ainda não existem agências reguladoras da profissão no Brasil. Agora que você conhece um pouco mais sobre a atuação e titulação do ILS, está apto a considerar alguns aspectos da atividade em diferentes setores da sociedade.

---

<sup>3</sup> PEREIRA, Maria Cristina Pires. Profissionalização e formação de intérpretes de Libras. **Revista da Feneis**, Rio de Janeiro, ano III, n. 18, p. 26-28, 2003.

Na área da saúde, não é incomum o ILS acompanhar o surdo em consultas médicas, exames laboratoriais ou mais complexos, partos etc. Ali, o seu papel é auxiliar o cliente a relatar ao médico seus sintomas, queixas e dúvidas, e intermediar as recomendações que o médico fará ao paciente. De acordo com Rosa (2008, p. 153), o “acesso aos serviços de saúde e às orientações corretas evita os costumeiros usos indevidos da medicação, pela incompreensão da prescrição médica”. Como raramente os familiares acompanham o surdo em idade adulta a consultas médicas, a demanda de interpretação nesse contexto social acaba sendo significativa. O problema é que muitas vezes esse tipo de trabalho ainda é visto como “voluntário”. Tem ficado a cargo do bom senso as combinações entre surdo e ILS sobre esse tipo de trabalho. Aliás, geralmente os surdos optam por chamar intérpretes que já conheçam, com quem tenham afinidade e confiança, de forma a se sentirem seguros para “expor” sua vida íntima. Outro serviço de interpretação encarado como um “favor”, tendo em vista a sua peculiaridade e o nível de intimidade envolvido, é a interpretação durante o uso do telefone:

[...] ainda que já existam leis para a instalação de telefones públicos para surdos TDD, o uso do intérprete para intermediar as conversas telefônicas é bem mais comum do que se pode imaginar ou supor. Essas mediações ocorrem quando os surdos desejam avisar seus familiares sobre alguma eventualidade; marcar consultas; obter informações diversas; ou até mesmo combinar encontros com surdos de outras regiões ou associações. Não é incomum estarem dois intérpretes ao telefone intermediando a conversa entre dois surdos. (ROSA, 2008, p. 152-155)

Em vários contextos sociais, o trabalho do ILS permite que surdos e ouvintes se comuniquem, que haja compreensão e parceria entre eles. Nesse sentido, Rosa (2008, p. 155) avalia:

Esse foi o grande ganho da comunidade surda: a abertura para a inclusão social, com a presença da língua de sinais e, conseqüentemente, do intérprete. Entretanto, o benefício para os ILS não ocorre na mesma proporção, pois geralmente, em quase todos esses lugares, com exceção da sala de aula, a presença do ILS acontece de forma voluntária. Principalmente em delegacias, audiências públicas e serviços de saúde.

## Intérprete no contexto educacional

Tendo em vista a política de inclusão vivida no contexto educacional brasileiro e a oficialização da Libras como língua natural e oficial do surdo, a presença do intérprete em sala de aula passou a ser um direito do surdo estipulado em lei. Assim, a educação é a grande área de atuação do ILS, sendo ele, a partir dela e nela, reconhecido como o profissional que é. Os benefícios do intérprete na sala de aula se encontram sintetizados na citação a seguir:

Quando se insere um Intérprete de Língua de Sinais na sala de aula abre-se a possibilidade do aluno surdo receber a informação escolar em língua de sinais através de uma pessoa com competência nessa língua. Ao mesmo tempo, o professor ouvinte pode ministrar suas aulas sem preocupar-se em como passar a informação em sinais, atuando em sua língua de domínio. Na medida em que a condição linguística especial do surdo é respeitada, aumentam as chances de ele desenvolver-se e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória, em contraponto a uma “inclusão escolar” sem qualquer cuidado especial. (LACERDA<sup>4</sup>, 2000a *apud* LACERDA; POLETTI, 2004, p. 1)

Lacerda e Poletti (2004) citam uma pesquisa feita nos Estados Unidos em que o objetivo foi examinar as instruções e recomendações contidas em manuais elaborados para orientar a atuação dos ILS nas escolas. Nessa pesquisa, descobriu-se que muitos intérpretes faziam uso de *pidgin*, ou variações locais, e não da Língua de Sinais Americana (ASL). Isso não se deve a uma possível má formação dos intérpretes. Na verdade, é algo que o ILS precisa fazer ao se deparar com uma clientela que não domina bem a língua de sinais para bem de ser compreendido. Com o passar do tempo, o esperado é que os alunos surdos que não dominam a língua de sinais desenvolvam seu vocabulário e estrutura gramatical, alcançando o uso da língua de sinais oficial de seu país. A pesquisa apontou ainda que:

Em relação à recepção e interpretação da mensagem, os autores discutem que vários surdos referem não entenderem boa parte do que o intérprete traduz, mas que preferem a sua presença, apesar das dificuldades, porque sem ele acompanhar as aulas é ainda pior. Além disso, indicam que as necessidades dos alunos nem sempre são claras para os intérpretes. Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, verifica-se que ele assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador. (LACERDA; POLETTI, 2004, p. 3)

Por conta dos muitos papéis desenvolvidos pelo ILS em sala de aula, alguns pesquisadores defendem que ele deveria fazer parte da equipe educacional. Contudo, Lacerda e Poletti (2004) indicam que considerar o ILS como educador o afasta de seu papel primordial, o de interpretação, gerando polêmicas sobre quais seriam suas funções em sala de aula. Com relação a isso, a posição assumida por Lacerda e Poletti (2004), bem como por Quadros (2007), é a de que o intérprete não é o responsável por ensinar o aluno surdo, não é ele quem deve planejar, organizar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem do surdo. Esse é o papel do professor. Cabe ao intérprete apenas ser o canal de comunicação entre o professor, colegas ouvintes e o aluno surdo. Claro, não se pode deixar de apontar que é preciso que o ILS colabore com o professor, e este com aquele; é preciso que haja sugestões em ambas as direções, para que se promova o

<sup>4</sup> LACERDA, C. B. F. de. A criança surda e a língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes. **Relatório Final FAPESP**, Proc. n.º 98/02861-1, 2000a.

objetivo principal da inclusão do aluno surdo: a condição de aprender, sempre da melhor maneira possível.

O trabalho de intérprete no contexto educacional é mais complexo do que muitos supõem, pois:

[...] este ambiente de trabalho se constitui num espaço diferenciado que requer formação e suporte técnico, nem sempre desenvolvidos apenas com a prática. Tal capacitação envolve conhecimento sobre o processo ensino-aprendizagem, sobre a formação de conceitos e a construção de conhecimentos, além da formação linguística implicada no trabalho de interpretação. (LACERDA; POLETTI, 2004, p. 6)

## **Intérprete na Educação Especial, na Educação Básica regular e no Ensino Superior**

No âmbito da educação, o intérprete, grosso modo, pode atuar na Educação Especial, na Educação Básica regular e no ensino superior. A intenção aqui é que você se familiarize com os principais aspectos dessas áreas de atuação. Contudo, por se tratar do grande mercado de trabalho para os ILS atualmente, um maior destaque será dado ao exercício da profissão na Educação Básica regular.

Na Educação Especial, considerando aqui as escolas para surdos, o intérprete muitas vezes desempenha um papel que não é o de intérprete, mas sim o de educador ou auxiliar pedagógico. Entre suas tarefas está ensinar – principalmente aos surdos filhos de ouvintes – e desenvolver o uso da Libras e da língua portuguesa escrita. Isso dentro de uma proposta de educação bilíngue, em que a Libras, naturalmente, é a primeira língua e a língua portuguesa escrita é a segunda língua. Outra face da Educação Especial é a possibilidade de inclusão do aluno surdo na rede de ensino regular, introduzida pela reforma na lei sobre a educação brasileira (Lei 9.394/96), a qual estabelece que as crianças portadoras de necessidade especial devem ser atendidas, preferencialmente, pela escola regular. Embora garantida por lei e já tendo políticas públicas a seu favor, implementar satisfatoriamente a inclusão do aluno surdo não tem sido tarefa fácil:

[...] diante do contexto escolar em que vivemos, esse processo de integração/inclusão, por mais bem elaborado que seja, tem apresentado dificuldades em sua implantação pela instituição escolar. Ou seja, mesmo diante da obrigatoriedade gerada pela política educacional atual, muitos educandos surdos encontram-se à margem da escola. Alguns estão “incluídos” em classes regulares e poucos conseguem permanecer no sistema. (MACHADO, 2002, p. 14)

Realmente, por mais que a lei regulamente a questão da inclusão de alunos portadores de necessidade especial, o Brasil ainda está distante de poder

relatar histórias de sucesso em todos os níveis de ensino e regiões. Em cidades de médio a pequeno porte, não é difícil encontrar alunos surdos “incluídos” no ensino regular, mas que não têm o apoio do intérprete em sala de aula. Ficam sem base para trabalhar tanto o aluno quanto o professor na falta desse profissional, já que, até 2005, não se exigia a presença de Libras no currículo dos cursos de licenciatura. Essa situação nem sempre, como se poderia supor, é culpa do Estado. Ainda existem muitos pais (ouvintes) que não aceitam o uso da Libras, esperam “normalizar” os filhos, ou simplesmente desconhecem a importância do acesso à Libras o quanto antes, deixando de levar seus filhos aos centros de ensino onde o Estado ou Município disponibiliza ensino regular (Fundamental e Médio) com a presença de intérpretes em aula e também com a sala de recursos – local onde são preparados materiais adequados a cada aluno segundo sua necessidade especial e também onde os estudantes podem encontrar apoio pedagógico para suprir suas dificuldades quanto ao conteúdo e atividades abordados em sala.

Lacerda e Poletti parafraseiam um relato de Teruggi que fala de uma experiência bem-sucedida de inclusão de alunos surdos:

[...] experiência de uma escola regular que assume vários alunos surdos e procura implementar uma prática inclusiva bilíngue na pré-escola e no Ensino Fundamental, em uma escola pública italiana. Os intérpretes têm um papel fundamental e apontam que as crianças surdas ao entrarem na escola conhecem pouco a língua de sinais e que os intérpretes precisam estar atentos para usar uma língua que seja acessível a elas. Essa realidade vai se modificando à medida que as crianças vão ampliando seus conhecimentos em língua de sinais, e o intérprete deve ir modificando sua produção. Outro ponto importante é a atuação do intérprete frente às relações da criança surda com seus pares ouvintes, suas atitudes podem favorecer ou dificultar os contatos e a integração efetiva do aluno surdo. (LACERDA; POLETTI, 2004, p. 5)

No estudo empreendido por Lacerda e Poletti, há também o relato, por parte dos intérpretes, de que falta uma formação mais adequada à realidade que enfrentam, percebendo apenas a partir da reflexão e autocritica sobre a sua prática os erros e acertos que cometem. Ferreira<sup>5</sup> (2002 *apud* LACERDA; POLETTI, 2004, p. 5-6), por sua vez, traz a experiência vivida por uma intérprete que acompanhou um grupo de alunos surdos no Ensino Médio, em uma sala especial, e que apontou requisitos e problemas como:

[...] a tarefa de posicionar-se entre duas línguas que exige um amplo conhecimento das línguas-alvo; a constância dos improvisos utilizados, para poder possibilitar o acesso à informação, indicando a necessidade de se repensar os recursos pedagógicos empregados; a falta de conhecimento teórico do intérprete frente a algumas disciplinas o que dificulta seu trabalho e a aprendizagem dos alunos; o reconhecimento dos alunos surdos de seu trabalho, pois sem sua atenção e colaboração, o intérprete não consegue desempenhar sua tarefa adequadamente; e fundamentalmente a clareza na definição de papéis, pois ele se vê obrigado a desempenhar

<sup>5</sup> FERREIRA, G. E. **O Perfil Pedagógico do Intérprete de Língua de Sinais no Contexto Educacional**. Dissertação (Mestrado). Unipac, Bom Despacho, Minas Gerais, 2002.



tarefas que nem sempre lhe dizem respeito, pois se espera que ele seja um recurso mecânico de comunicação que não censura e nem transforma as informações, mas que, na realidade, precisa atuar como educador, muitas vezes.

Convém observar que o sucesso do trabalho do intérprete no âmbito escolar depende de muitos fatores externos a ele: a recepção e colaboração do professor; o perfil do aluno surdo, sua idade, a depender da idade do aluno, podem haver conflitos quanto a manter o foco na interpretação, por exemplo; lidar com os ruídos na sala, com a curiosidade e a intervenção dos outros alunos, entre outras coisas. A despeito de tudo isso, atualmente, atuar no ensino especial ou no regular são formas asseguradas por lei de executar a profissão e que apresentam uma grande demanda por profissionais. As escolas, principalmente da rede pública, vêm melhorando o processo de ingresso de intérpretes da Libras, dando mais segurança para o intérprete não só quanto ao processo seletivo, mas também quanto à permanência no cargo durante o período de vigência do contrato, bem como a certeza da remuneração. Essas vantagens também são vistas no Ensino Superior, no qual o intérprete já tem atuação garantida. Entretanto, não é fácil tomar conhecimento das condições de atuação, os requisitos e problemas enfrentados, pois “[o] levantamento de publicações sobre a interpretação de Libras no campo educacional revela poucas produções que, em geral, remetem à atuação do intérprete em sala de aula do Ensino Fundamental.” (LACERDA<sup>6</sup>, 2002; QUADROS<sup>7</sup>, 2006 *apud* MARTINS, 2008, p. 1).

De acordo com Martins (2008, p. 6), em relação às condições de trabalho no Ensino Superior, “os intérpretes de Libras têm se deparado com tipos variados de contratos de trabalho, sem o estabelecimento de um piso salarial e de direitos trabalhistas para essa categoria”. Conforme a autora, dos profissionais que fizeram parte da pesquisa (29 intérpretes atuantes no Ensino Superior), 50% são contratados efetivos, 25% são contratados autônomos, 21% como prestadores de serviço temporário e 4% como estagiários. Das experiências e relatos que se podem observar no dia a dia, o esperado é que os intérpretes contratados no Ensino Superior tivessem titulação maior do que o nível em que atuam, mas a realidade é que muitos apresentam apenas o nível médio e um certificado de proficiência em interpretação em nível superior. Além disso, durante os anos de graduação, tal como no Ensino Fundamental, o ILS precisa interpretar conteúdos que nem sempre compreende, num nível mais complexo. Se por um lado o cliente entende melhor o papel e o objetivo de um intérprete em sala, por outro

<sup>6</sup> LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Cláudia B.; HARRISON, Kathryn M. P.; CAMPOS, Sandra R. L. de et al. (Orgs.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

<sup>7</sup> QUADROS, Ronice Müller. Políticas Linguísticas e Educação de Surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Caderno CEDES**, v. 1, n. 1, São Paulo: Cortez; Campinas: Caderno Cedes, maio/ago. 2006, v. 26, n. 69, p. 141-161.

se veem em conflito porque sempre há desconfiança, quando o aluno vai mal, de que o problema está na interpretação. A verdade é que em todos os campos de atuação o intérprete precisa ser capacitado para trabalhar, deixando de contar apenas com sua intuição, bom senso (que sempre ajuda, mas não resolve tudo) e a observação de erros seus e de colegas (aprender a partir dos próprios erros e dos alheios é positivo, acontece em outros aspectos da vida, mas, no caso do intérprete, esse “sistema de aprendizado” é levado ao limite).

## Intérprete na área jurídica

Até o momento não se encontram pesquisas sobre a atuação do ILS na área jurídica, apenas rápidas menções. Isso é compreensível, tendo em vista que a atuação nesse campo é pequena se comparada a outras áreas. Aqui também não se exige do intérprete formação específica, além do domínio da Libras, para o trabalho. Na maior parte das vezes, o intérprete chamado para prestar serviços ao surdo, seja em delegacias ou tribunais, é conhecido dele, motivo pelo qual acaba não recebendo pelo trabalho prestado.

Sobre essa área em específico, Rosa (2008, p. 153) menciona que:

[...] nas audiências jurídicas, é possível ao surdo, na condição de réu ou vítima, expor a sua versão dos fatos. E responder com maior clareza às perguntas que lhe são dirigidas pelas autoridades. A presença do ILS no judiciário é bem recente, e normalmente o juiz, quando está diante desse profissional, se refere normalmente a ele, não se dirigindo nem ao surdo e tampouco ao advogado, quer o surdo seja a vítima, quer seja réu – prática incomum, em se tratando de audiência com ouvintes, mesmo quando estes são estrangeiros.

Convém lembrar que nesse tipo de trabalho a ética e a discrição vêm lado a lado ao domínio da língua, a responsabilidade envolvida é muito grande, pois, muitas vezes, pode-se tratar de pôr em risco a liberdade do surdo. Há que se ter muito cuidado para não assumir uma postura protetora e tampouco uma postura descompromissada com o cliente num momento tão delicado.

## Intérprete religioso

Existe, entre os profissionais que não atuam ou não atuaram no meio religioso, um certo preconceito para os que atuam ou atuaram nele. Para os que não conhe-

cem o histórico dessa área, é comum o pensamento de que os intérpretes que aí atuam não têm capacidade para o ato de interpretação e que muito do que fazem não passa de português sinalizado. No entanto, é possível arriscar que, excetuando os intérpretes que são filhos de surdos, os profissionais oriundos do meio religioso são os que geralmente apresentam maior habilidade interpretativa, com vocabulário amplo, flexíveis no ato interpretativo, à medida que o exercício de interpretação numa igreja exige do intérprete a tradução dos mais variados gêneros do discurso. Nem todas as igrejas apresentam o trabalho de interpretação, ainda mais quando se localizam em cidades que não são de grande porte ou capitais. Ainda assim é possível apontar que:

Entre a enorme diversidade de instituições religiosas que se ocupam dos surdos, nos parece que quatro possuem um papel histórico de indubitável destaque; quais sejam, a Igreja Católica, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, a Testemunhas de Jeová e a Igreja Batista” (ASSIS SILVA, 2006, p. 47).

Conforme Assis Silva (2006), a Testemunhas de Jeová, já a partir da década de 1980, no estado do Rio de Janeiro, foi a pioneira na formação de intérpretes. No entanto, desde o final dos anos 1990, essa instituição vem produzindo materiais em Libras e realizando seus encontros em Libras, quando há surdos envolvidos. Com isso, o papel do intérprete vem se tornando desnecessário dentro dessa instituição. O autor também relata o papel histórico da Igreja Luterana do Brasil no processo de formação de intérpretes, bem como o pioneirismo da prática de interpretação, iniciada, segundo relatos coletados pelo autor, no final dos anos 1970, em Campinas, por meio de missionários norte-americanos. Com relação à experiência batista em formação e atuação de intérpretes, o autor chama a atenção:

Para além do pioneirismo, a experiência batista se destaca por uma série de outras razões. Foi sobretudo essa experiência que fez da atividade missionária com surdos sinônimo de interpretação e liderança de Ministério<sup>8</sup>. Por conta disso, embora o objetivo fundamental do trabalho missionário seja “converter” surdos para o cristianismo, indiretamente, essa instituição se tornou uma grande formadora de intérpretes em diferentes regiões do Brasil. Acampamentos e encontros pluridenominacionais e oficinas do pastor Marco Antonio Arriens [...] fizeram com que essa prática se desdobrasse para todo o campo religioso brasileiro, não ficando restrita ao âmbito batista. [...] As experiências protestantes com surdo citadas, batista e luterana, e os seus desdobramentos pentecostal, neopentecostal e adventista, *são formadoras por excelência de um modelo de intérprete que parece ter se desdobrado para a esfera secular.* (ASSIS SILVA, 2006, p. 49, grifo nosso)

Se se considerar que o relato do autor é datado de 2006, essa pode ser considerada uma realidade bastante recente. Atualmente, já existem muitos cursos

<sup>8</sup> O Ministério a que o autor se reporta é o “Ministério com Surdos”, departamento existente em muitas igrejas evangélicas para organizar os trabalhos de interpretação durante os cultos, aulas dominicais e encontros de estudo bíblico.

de formação para intérpretes, acontecendo de, às vezes, o intérprete formado no meio secular, isto é, fora de instituições religiosas, atuar no contexto religioso. Claro, uma crítica a ser feita é que nesse âmbito o trabalho do intérprete é visto como um dom, como um meio de o indivíduo agradar a Deus, o que faz com que, mais uma vez, a atuação do intérprete não seja remunerada. Outro fato que chama a atenção nesse contexto de atuação, é que os intérpretes atuam nas igrejas que frequentam, em que professam sua fé, descaracterizando, por um lado, o caráter de profissão de sua atuação, motivo pelo qual são rechaçados por outros intérpretes. O ideal seria que o profissional pudesse atuar como tal e receber por seus serviços, mas isso implica em outras questões de ordem moral, ética, que são de responsabilidade apenas do próprio intérprete e da instituição onde atua.

Por motivos como os arrolados anteriormente, e ainda os vistos na primeira seção, é que o contexto educacional acaba sendo a principal, mais segura e reconhecida área de trabalho para o intérprete. Portanto, a seguir, no texto complementar, você encontra uma reflexão sobre o trabalho de intérpretes na rede regular de ensino por meio da política de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

---

## Texto complementar

### **A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação dos alunos surdos**

(DUTRA, 2008, s/p)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) tem como objetivo assegurar a participação e a aprendizagem aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns de ensino regular, atendendo o princípio constitucional da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e continuidade de estudos nos níveis mais elevados de ensino. De acordo com esse objetivo, a Educação Especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que atua de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, disponibilizando

serviços e recursos para as atividades de atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade nos ambientes processos educacionais.

Entre as áreas de atuação da Educação Especial destacam-se as ações voltadas para processo educacional dos alunos surdos, contemplados nos últimos anos com o fortalecimento das políticas inclusivas desencadeadas pelo Ministério da Educação, os sistemas de ensino, para a formação de docentes e demais profissionais, para a produção de materiais didáticos e pedagógicos e para a expansão de estudos na área, especialmente no que tange ao uso e à difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O direito que os alunos surdos têm à matrícula na rede regular de ensino determina que as escolas devem organizar-se para atender às diferenças linguísticas, assumindo novas responsabilidades no desenvolvimento do processo educacional. Portanto, esta organização da política pública na perspectiva da educação inclusiva traz o acúmulo das conquistas dos movimentos sociais, das pesquisas desenvolvidas pelas universidades e das experiências das escolas que promovem o acesso e a aprendizagem de todos os alunos no ensino regular.

Para viabilizar a ampliação do acesso e a qualidade do processo educacional, o desenvolvimento inclusivo das escolas possibilita a construção de uma proposta pedagógica de educação bilíngue, tornando-se condição necessária para a superação da concepção e organização de espaços educacionais para os alunos surdos, de forma segregada, em razão da diferença linguística.

A proposta curricular de educação bilíngue deve contemplar as experiências visuais, o uso e o ensino da língua de sinais e da língua portuguesa, os livros didáticos acessíveis, a aprendizagem da Libras pela comunidade escolar, bem como a interação entre alunos surdos e ouvintes, para o desenvolvimento linguístico, cultural e pedagógico, no mesmo ambiente educacional, considerando que fazem parte de uma sociedade e que compartilha de elementos e criações culturais de surdos e ouvintes, bem como de conhecimentos e valores éticos, políticos e sociais, construídos individual e coletivamente.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca-se a orientação da proposta de educação bilíngue para que, devido à diferença linguística, o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns do ensino regular, favorecendo a não discriminação e a interface das diferentes culturas e constituição de espaços que valorizam as diferenças.

Essa trajetória e concepção, desencadeada pela Secretaria de Educação Especial desde 2003, conduziu a ação no MEC para a constituição e coordenação do Grupo de Trabalho, que após intenso debate com os representantes das instituições públicas de educação e dos movimentos sociais, resultou no Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. O Decreto constitui um marco da política educacional do nosso país, tendo um papel preponderante nesse processo que envolve as dimensões relacionadas à garantia dos direitos dos alunos, à formação dos professores, à gestão escolar e à qualidade da educação.

A partir da regulamentação da lei de Libras, a oferta do ensino de Libras, como direito dos alunos surdos, passa a ser a diretriz que norteia os sistemas de ensino para a garantia do acesso à comunicação e à informação no processo educacional, garantida mediante a implementação da Libras e da Língua Portuguesa na modalidade escrita para surdos. O conhecimento de duas ou mais línguas e o convívio com as diferenças de todos na escola e na comunidade constituem um conjunto de competências e experiências que aproximam a prática docente das necessidades de aprendizagem dos alunos.

A formação de professores altera a perspectiva clínica e passa a dar ênfase ao enfoque pedagógico que modifica sua atuação e lhe permite tomar as decisões quanto ao processo educacional, dando respostas às diferenças dos alunos. O ensino da Libras e a língua portuguesa na modalidade escrita, como *parte* da formação dos alunos surdos, deve ser ofertado nas escolas em que estão matriculados, constituindo o atendimento educacional especializado.

Conforme o Decreto 6.571/2008, considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Esse atendimento deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Portanto, os sistemas de ensino devem organizar turmas abertas a alunos surdos e ouvintes, viabilizar a formação de professores, disponibilizar serviços de tradutor e intérprete de Libras/língua portuguesa e ofertar o atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais da própria escola. Esse atendimento poderá, extraordinariamente, ser realizado em centro

educacional especializado, que constitua serviços de apoio às escolas regulares, no âmbito da formação e da produção de materiais didático-pedagógicos.

A evolução da política de Educação Especial pode ser observada na ampliação do número de alunos surdos na Educação Básica e Superior nos últimos anos e na valorização profissional dos professores de Libras, que passaram a fazer parte da comunidade escolar. No Brasil, os dados do Censo Escolar/INEP/2007 registram a matrícula de 64 150 alunos surdos ou com deficiência auditiva na Educação Básica. Os indicadores do Censo da Educação Superior/2005 apontam 2 428 alunos, representando um avanço de mais de 50% em três anos, e nos dados obtidos no Censo da Educação Superior/2006 foram registradas 2 595 matrículas de alunos surdos ou com deficiência auditiva em cursos presenciais.

O Brasil destaca-se porque tem uma política educacional inclusiva, que provoca, também, mudanças na estrutura da Educação Superior pela introdução da Libras como disciplina obrigatória em todos os cursos que formam professores e fonoaudiólogos, bem como para a oferta de cursos de licenciatura e de bacharelado em Libras.

Entre as principais ações nesta área, destacam-se:

1. a implementação do ProLibras – Exame Nacional para Certificação de Proficiência no ensino da Língua Brasileira de Sinais e para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa, realizado anualmente pelo MEC/INEP, em todos os estados, desde 2006, obtendo 1 380 profissionais certificados para o ensino de Libras e 1 480 profissionais para a tradução e interpretação da Libras;
2. a criação do Curso de Pedagogia Bilíngue – Libras/Língua Portuguesa, no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em 2005, que se tornou referência como primeiro curso superior bilíngue para a formação de professores surdos e ouvintes;
3. a implantação do Curso Superior de Letras com Licenciatura em Língua Brasileira de Sinais/Libras e de Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras, em 2006 e 2008, respectivamente, por meio da parceria entre o MEC e a Universidade Federal de Santa Catarina com polos em 30 instituições públicas de Ensino Superior, na modalidade a distância, para mais de 1 000 alunos; e

4. a implantação dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, implementado em parceria entre o MEC e todos os estados, com equipamentos e recursos para a oferta dos cursos de formação de professores, a produção de material bilíngue e o atendimento educacional especializado.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) fortalece as políticas educacionais voltadas para a educação dos alunos surdos por meio dos seguintes programas:

1. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais que visa apoiar os sistemas de ensino na institucionalização da oferta do atendimento educacional especializado nas escolas da rede pública de ensino e disponibilização de recursos para a promoção do acesso ao currículo;
2. Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, que oferta cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização nas áreas do atendimento educacional especializado. Para esse programa, foram credenciados cinco cursos para a formação de 2 500 professores para atuar no contexto educacional inclusivo da educação de alunos surdos. Esses cursos estão sendo desenvolvidos na Universidade Estadual do Pará (UEPA); na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília); na Universidade Federal do Amazonas (UFAM); e na Universidade Estadual de Maringá (UEM);
3. Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, iniciado em 2005, promove o fomento à criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Educação Superior com vistas à eliminação das barreiras físicas, pedagógicas, e nas comunicações, garantindo as condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência na Educação Superior.

Com relação aos avanços para a acessibilidade, destacam-se os programas do livro didático e paradidático desenvolvidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), foram distribuídos os clássicos da literatura em Libras, os dicionários ilustrados trilíngues – Libras/Português/Inglês – o livro didático de alfabetização



acessível em Libras, e também a produção da coleção de livros nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História em Libras, destinados aos alunos com surdez dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que começará a ser distribuída no próximo ano.

A ampliação dos títulos em Libras, distribuídos pelo programa, vem atender a necessidade de acesso aos materiais didáticos disponibilizados a todos os alunos e sua utilização pelos alunos surdos na língua que lhes possibilite maior facilidade para compreensão e interpretação. Por meio dessas ações os sistemas de ensino passam a ter referenciais para atender à diferença linguística dos alunos surdos nas classes comuns de ensino regular.

A partir do Decreto 6.571/2008, que institui o atendimento educacional especializado, as ações são consolidadas com o estabelecimento da política de financiamento, não mais definida exclusivamente em razão do ingresso do aluno no sistema de ensino, mas a partir da disponibilização dos serviços da Educação Especial. Desse modo, o valor do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB), destinado aos alunos matriculados nas escolas comuns de ensino regular, passa a ser dobrado, quando estes também estiverem matriculados no atendimento educacional especializado, no turno oposto ao da escolarização.

Sem perder de vista os desafios a serem enfrentados pelos sistemas de ensino que ainda estão aprendendo a valorizar as diferenças, a reconhecer a singularidade de cada aluno, a possibilidade de construção de uma identificação positiva com a Libras contribuirá para a conquista de espaços educacionais, sociais e culturais que fortaleçam a inclusão dos alunos surdos.

## Dicas de estudo

INSTRUÇÃO NORMATIVA 008/2008 – SUED/SEED – Estabelece normas para a atuação do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa (TILS) nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual do Paraná.

Embora esse documento se destine a regular as normas de atuação do TILS nos departamentos de ensino da rede pública estadual do Paraná, ele serve

como ponto de apoio e orientação para os profissionais que atuam em outros estados e, porventura, ainda não possuem documento equivalente. Além disso, sua leitura é indispensável aos que pretendem atuar como intérprete educacional no estado do Paraná.

Modelo bilíngue e bicultural (p. 147-153), de Maria Cristina Pereira. Seção de artigo científico. Interpretação interlíngue: as especificidades da interpretação de língua de sinais. **Cadernos de Tradução – UFSC**, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008.

A leitura é recomendada para todos que desejam se inserir no mercado de trabalho e ficar a par do modelo de intérprete que os clientes procuram, observando, claro, os pontos em que certas atitudes precisam ser revistas.

---

## Atividades

1. Explique o que são intérpretes naturais ou empíricos, validados e certificados.

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Por que o trabalho no contexto educacional é mais complexo do que se supõe?

---

---

---

---

---

---

3. Por que os ILS que atuam no contexto religioso sofrem preconceito dos que não atuam e por que razão tal preconceito não se fundamenta?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Referências

ASSIS SILVA, César Augusto. Da missão à profissão: produzindo novas experiências da surdez. *In: ENCONTRO DE PROFISSIONAIS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS DO MATO GROSSO DO SUL*, 2, 2006, Campo Grande - MS. **Anais...** Campo Grande: APILMS, 2006. v. 1. p. 46-56.

DUTRA, Claudia Pereira. A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação dos alunos surdos. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, 3. ed., nov. 2008. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=128>>. Acesso em: 1 nov. 2010.

LACERDA, Cristina B. F. de; POLETTI, Juliana E. A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 27, 2004, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2004. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2010.

MACHADO, Paulo César. **A Política de Integração/Inclusão e a Aprendizagem dos Surdos**: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular. Dissertação (Mestrado em Psicopedagogia) – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <[http://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/d/dc/A\\_politica\\_integracao\\_inclusao\\_dissert.pdf](http://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/d/dc/A_politica_integracao_inclusao_dissert.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2010.

MARTINS, Diléia Aparecida. Formação e trabalho do Intérprete de Libras na Educação Superior: primeiras aproximações. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2008. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT15-4728--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT15-4728--Int.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2010.

PEREIRA, Maria Cristina. Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. **Cadernos de Tradução**, UFSC, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. 2. ed. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

ROSA, Andréa Silva. **Entre a Visibilidade da Tradução da Língua de Sinais e a Invisibilidade da Tarefa do Intérprete**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

---

## Gabarito

1. Resposta mínima deve contemplar que essas são as classificações para o ILS conforme o seu nível de formação. Nesse sentido, intérpretes naturais ou empíricos são pessoas bilíngues em português e Libras que “atuam” como intérpretes, porém sem nenhuma instrução formal para a profissão. Os validados são pessoas que atuam como intérpretes naturais e recebem, por meio da aprovação em um teste, um certificado provisório (validação) para trabalharem como ILS. Já os intérpretes certificados são aqueles que cursaram algum tipo de formação mais elaborada, normalmente promovida em parceria com a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos).
2. Resposta do aluno deve considerar que o exercício dessa função requer formação específica, sendo que a capacitação do profissional deve envolver aspectos sobre o processo ensino-aprendizagem, sobre a formação de conceitos e a construção de conhecimentos, além da formação linguística implicada no trabalho de interpretação.
3. O preconceito existe porque para os que não conhecem o histórico dessa área é comum o pensamento de que os intérpretes que aí atuam não têm capacidade para o ato de interpretação e que muito do que fazem não passa de português sinalizado. No entanto, muitos profissionais capacitados foram formados no meio religioso e apresentam boa habilidade interpretativa,

com vocabulário amplo, sendo flexíveis no ato interpretativo, à medida que o exercício de interpretação numa igreja exige do intérprete a tradução dos mais variados gêneros do discurso.

